

Desmistificando os negócios: os limites e possibilidades da história empresarial

Demystifying the business: the limits and means of the business history

Marlon Rodrigues Marques

Mestrando em História

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

marlonrmarques@hotmail.com

Recebido em: 20/03/19

Aprovado em: 30/05/19

Resumo: O artigo ambiciona discutir os limites e possibilidades do campo emergente da história empresarial. Para isso traçamos um pequeno histórico sobre o desenvolvimento da disciplina, sinalizando aspectos que englobaram seu estado de arte. Fundada no contexto de expansão e solidificação da História Econômica durante os anos de 1930, a história empresarial tem sido objeto constante de aprimoramento de suas bases paradigmáticas estabelecidas principalmente nas universidades dos Estados Unidos e França. Neste artigo verifica-se que, apesar dos significativos avanços, a história empresarial ainda precisa ultrapassar os limites formais das empresas avançando sobre a atuação histórica dos empresários e suas firmas nos espaços sociais e políticos.

Palavras-Chave: Empresário, História Econômica, História empresarial.

Abstract: The article aims to discuss the limits and possibilities of the emerging studies of business history. For this we draw a brief history about the development of this discipline, signaling aspects that encompassed its state of the art. Founded in the context of the expansion and solidification of Economic History during the 1930s, business history has been a constant object of improvement of its paradigmatic foundations established mainly in the universities of the United States and France. This article shows that, despite the significant advances, business history still needs to go beyond the formal boundaries of companies, moving forward on the historical performance of entrepreneurs and their firms in social and political spaces.

Keywords: Businessman, Economical History, Business History.

Introdução

Era o dia 1 de fevereiro de 1962 quando José Batista Leopoldo Figueiredo ex- presidente do Banco do Brasil na gestão Jânio Quadros (ABREU, 2001) reunia-se com cerca de 70 empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo no Clube de Engenharia. Na ocasião anunciou a inauguração e as finalidades do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Em seu discurso conclamou os empresários a atualizarem seu conceito de função social da empresa na vida moderna e a participarem intensamente da formulação de saídas democráticas para o país. (IPES,1962, p. 01)

Somente com o passar dos anos outra face do instituto ficou mais evidente. Tratava-se na verdade de uma organização amplamente comprometida em impor por meio de ação antidemocrática a agenda empresarial, multinacional e financeira ao país. Destarte a instituição não demorou a tecer alianças com os grupos conservadores da sociedade civil para protagonizar a campanha de desestabilização do governo Goulart.

Conforme argumenta René Dreifuss, articulados pelo complexo do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), a elite orgânica foi capaz de promover uma verdadeira “campanha ideológica multifacetada contra o bloco histórico-populista.” (DREIFUSS, 1987, p. 229) Dentre os alvos da pressão política engendrada pelo IPES, se encontrava a Igreja Católica conjuntamente com outras camadas da sociedade, como os sindicatos, movimentos estudantis, classe camponesa, as camadas médias, o Legislativo e as Forças Armadas.

A contribuição do IPES na instauração e consolidação do regime civil-militar brasileiro traz a tona inúmeras reflexões. Uma delas é o papel das empresas e dos empresários nos rumos da história de uma comunidade, povo ou nação. Este tema tem sido nuançado por diversos autores que aos poucos delimitam com maior precisão este campo de estudos. Neste trabalho pretendemos refletir sobre o que é a história empresarial, como ela pode contribuir para alargarmos o conhecimento histórico sobre a atuação de empresas e empresários no mundo social e político.

Do início a especialidade: a trilha da história empresarial

A primeira metade do século XIX com a ascensão e consolidação do capitalismo, os impulsos da Revolução Industrial e os primeiros delineamentos da Economia Política, trouxeram ao centro do debate intelectual as questões em torno da vida e do desenvolvimento econômico. Remonta deste período na Alemanha e na Inglaterra os primeiros estudos que se preocupavam com as “Leis dos Cereais, Lei dos Pobres e a União Aduaneira e particularmente pelo marxismo.” (FILHO, 1989, p. 168)

De acordo com Angela Ganem (2011), na segunda metade deste mesmo século duas perspectivas teóricas opostas sobre a natureza da economia e da origem do valor passaram a coexistir. Por um lado às releituras de Adam Smith se afastavam progressivamente da questão do desenvolvimento e se concentravam cada vez mais nas teorias alocativas do mercado. As releituras neoclássicas enquadravam cada vez mais a ideia da mão invisível *smithiana* como algo passível de ser demonstrado matematicamente. Por outro nascia à teoria de Marx sobre o Valor-Trabalho explicando através da própria estrutura produtiva a origem do excedente e reposicionando a história como elemento central capaz de esclarecer os conflitos sociais, as dinâmicas e contradições e a superação do capitalismo como modo de produção e ordem social.

No século XX estas duas vertentes de pensamento desdobram-se formando campos diametralmente opostos tanto na política como nos projetos sociais (GANEM, 2011). Ao mesmo tempo há um exponencial crescimento teórico que refletia as novas transformações do capitalismo cujos principais sintomas eram as duas grandes guerras, a Revolução Russa, as lutas coloniais e a crise de 1929 (FILHO, 1989).

O aprofundamento teórico pode ser verificado através das muitas correntes de pensamento que emergiam de autores como Keynes, Schumpeter, Sraffa e Kalecki, inaugurando várias escolas de pensamento como os sraffianos, os pós-keynesianos, os institucionalistas, os neoshumpeterianos, os neomarxistas, os regulacionistas franceses, os evolucionários, os estruturalistas cepilianos etc (GANEM, 2011).

Nessa miríade de abordagens teóricas processou-se a consolidação da História Econômica. A variação de perspectivas sobre a própria definição do conceito do que seria a História Econômica consegue nos aludir para o tamanho das contradições, antagonismos e debates no âmbito deste campo de estudos. Por exemplo, David Landes (2005) mais próximo das opiniões de Adam Smith,

definiu a História Econômica, como a história da competição internacional pela riqueza. Já Carlo Cipolla pondera que a História Econômica é “a história dos factos e dos acontecimentos econômicos a nível individual, empresarial, ou coletivo” (CIPOLLA, 1993, p. 13).

Certo é que a consolidação da disciplina pode ser verificada tanto na diversidade de opiniões que congrega, quanto pela institucionalização universitária e editorial. Os primeiros currículos introdutórios apareceram nas universidades europeias e norte-americanas. Lá também houve o início de publicações especializadas como a *The Economic History Review* (1927) e a *Annales d'Historie Economique et Sociale* (1929). A expansão e solidificação do campo da História Econômica motivou a aparição de novas especializações como, por exemplo, a *Business History* (História dos Negócios ou da Empresa) e a *Enterpreneurial Histoy* (História Empresarial) (FILHO, 1989).

De acordo com Caroline Gonçalves e Alexandre Macchione Saes (2017), a *Business History* pode ser dividida em dois períodos: a gênese e a maturidade. O campo surgiu a partir da *Harvard Business School*. Em 1925, Edwin Gay e Norman Gras expandiram a escola e fundaram a *Business Historical Society*, a associação deu origem a revista *Journal of Economics* em 1928. Um ano antes em 1927, Norman Gras já havia instituído e se tornado responsável pela primeira cadeira de *Business History* na universidade de *Harvard*.

A iniciativa de ambos os professores e o amplo apoio financeiro de parcela do empresariado fizeram surgir várias monografias, muitas delas publicadas na *Casebook in American Business History*, em 1939, e outras tantas arquivadas nas bibliotecas de *Harvard*. Todavia, a parceria entre Edwin Gay e Norma Gras parece ter começado a ruir com os questionamentos apresentados por Arthur Harrison Cole sobre o caráter institucionalista e biográfico das produções até aquele momento.

Por um lado Edwin Gay defendia um diálogo próximo entre a *Bussines History* e a História Econômica, argumentando que os trabalhos deveriam conectar-se com os aspectos conjunturais e estruturais. Já Gras salientava a necessidade de se compreender a empresa como objeto, nuançando principalmente seus aspectos internos. (GONÇALVES; SAES, 2017) Em 1944 o próprio Arthur Cole juntamente com Fritz Redlich R.W e M.E Hady fundaram o Centro de História Empresarial, influenciados, sobretudo, pelas ideias do funcionalismo de Talcot Parsons e Joseph Schumpeter (LOBO, 1997).

Por sua vez, Talcott Parsons e Joseph Schumpeter haviam sido largamente influenciados pelas ideias de Max Weber que em 1923, ao tematizar a história econômica apresentou três problemas basilares para o campo de estudos:

Seu primeiro problema é o seguinte: como se encontram distribuídas, especializadas e combinadas as prestações econômicas, numa determinada época, no aspecto técnico, econômico e, finalmente, em relação à ordenação da propriedade e em combinação com ela? Depois deste problema, que ao mesmo tempo estabelece o das “classes”, e desenvolve, geralmente a questão da estrutura da sociedade, deve estabelecer-se outros: trata-se do aproveitamento consultivo ou lucrativo das prestações e probabilidades apropriadas? Com isto, se estabelece o terceiro problema, que é o da relação entre a racionalidade e irracionalidade na vida econômica. (...) toda a história econômica é a história do racionalismo triunfante, baseado no cálculo (WEBER, 1923, p. 23-24).

Assim como Weber, tanto Talcott Parsons como Joseph Schumpeter rejeitaram a definição estreita de economia como ciência da escassez, destacando a necessidade de temporalizar as relações econômicas. Ao mesmo tempo, admitiam assim como Marx já havia feito, que as relações econômicas e a racionalidade capitalista afetavam diretamente outras relações da vida humana como, por exemplo, as relações amorosas (LEÃO; CARVALHO, 2008).

De 1948 até seu falecimento em 1950, Schumpeter havia coordenado em *Harvard* o *Research Center in Entrepreneurial History* tendo defendido sempre o protagonismo do empresário no desenvolvimento econômico. O mesmo fez seu sucessor Arthur Cole com a ressalva de ter sido influenciado pelo funcionalismo de Talcott Parson, que anexou o instrumental sociológico e psicológico para avaliar as atitudes dos empresários (GONÇALVES; SAES, 2017).

Mas conforme aferiram os economistas Caroline Gonçalves e Alexandre Macchione Saes (2017), a *Business History* chegou a sua segunda fase, ou o que nomearam como a maturidade, somente nas últimas décadas do século XX quando Alfred Chandler Jr, rompendo com a teoria de Schumpeter, passou a considerar a estratégia empresarial como ponto fulcral que deveriam perpassar as análises da *Business History*.

Nascia com Chandler a preocupação de estudar a *Business Administration*, isto é, a compreensão dos métodos e estratégias usados pelos administradores e executivos no crescimento da empresa. Avaliava que quanto maior a empresa, maior a necessidade de coordenação, isto é, maior a demanda por uma estrutura hierárquica e descentralizada (...) Portanto, diferentemente da perspectiva de Shumpeter, de que o fator determinante de sobrevivência da firma era a inovação,

com Chandler a estratégia tornou-se o elemento fundamental na determinação das firmas (GONÇALVES; SAES, 2017, p. 9).

Esta inovação fez com que a *Business History* estreitasse crescentemente suas relações com os métodos da pesquisa econômica. O objetivo de Alfred Chandler era tornar a disciplina um campo de estudos autônomo e independente, com questões claras e objetivos específicos como, por exemplo: diagnosticar no contexto histórico norte americano quais os elementos que favoreceram a mudança e a inovação. (CHANDLER, 1998) Em uma segunda fase de seu pensamento, o autor dedicou-se a desenvolver uma teoria geral que explicasse as etapas evolutivas de uma grande empresa industrial. (CHANDLER 1998) Sob a influência de Chandler o campo, que antes era tecido por diversificados pesquisadores de várias formações passou a tender para a leitura da firma por meio dos parâmetros da teoria econômica (GONÇALVES; SAES, 2017).

Isso que Caroline Gonçalves e Alexandre Macchione Saes (2017) chamam de maturidade da *Business History*, parece retomar um debate imperioso sobre as aproximações interdisciplinares entre História e Economia, com o agravante de que comentem os erros de alguns autores da década de 1950-1960. Para eles, assim como para outros autores¹, parece que quanto mais a história se afasta de suas características advindas das ciências humanas e aplica fórmulas esquemáticas da administração e da economia, mais está apta, imparcial e conclusiva.

Como discute Eulália Lobo, inicialmente a produção da História Empresarial era ou decorrência dos estudos gerais sobre dependência, industrialização, bolsas de valores, ou monográfica, centrada na administração interna da unidade produtiva ou para a exaltação do fundador da empresa. Nos anos 50 a *New History* parece ter colocado o empresário em segundo plano argumentando sobre a própria eficiência do mercado em alocar os recursos (LOBO, 1997).

¹ Quando Marczewski (1973) propôs a história quantitativa baseado principalmente no modelo de contas nacionais e contas independentes desejava eliminar o caráter subjetivo da história como fica explícito na citação “Em relação às formas clássicas da história econômica, se tem o direito de esperar da história quantitativa as seguintes vantagens: uma maior objetividade e uma maior sensibilidade para os acontecimentos não espetaculares.” Apesar de tentar ser menos determinista admitindo a influência das consequências políticas e sociais nas mudanças econômicas Whitman Rostow(1961) afirmava que as alterações econômicas podem ter motivações também estritamente econômicas por tal fato propõe cinco etapas de desenvolvimento balizadas em preceitos economicistas: “É possível enquadrar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, dentro de uma das cinco seguintes categorias: a sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa.” Segundo Pierre Villar (1965), Chaunu(1960) em “*Dinâmica conjuntural da história serial*” se equivocou justamente ao tentar posicionar a história como ciência meramente auxiliar da economia.

Assim a História torna-se um instrumento auxiliar da economia. Por um lado ela serve para diagnosticar a conjuntura ou o contexto fornecendo instrumentos para o economista verificar as possibilidades políticas, sociais e principalmente de mercado com a finalidade de escolher o melhor investimento. Por outro, ela pode fornecer um panorama da própria empresa e das atitudes empresarias que deram “certo” ou “errado”.

Mas se a História de empresas, como disse José Mendes (1994), pode ser um instrumento estratégico da maior utilidade na avaliação da performance econômica geral, ela também fornece informações sobre as estratégias e táticas dos gestores. É essa série de motivos que fazem com que Almir Pita caracterize a *Business History* na sua versão norte-americana, como uma disciplina essencialmente voltada para o estudo dos homens de negócios preferindo os trabalhos biográficos.

Já a *Entrepreneurial History*, influenciada pelos estudiosos franceses e ingleses, objetivava conhecer o homem de negócios como portador de um papel social, principalmente como administrador e inovador. Nas palavras de Arthur Cole “o administrador deveria ser estudado com o propósito de verificar quais as mudanças por ele introduzidas na administração que tiveram significado para a sociedade.” (COLE, 1945 *apud in* FILHO, 1989. p.170). É nessa perspectiva que o Austro-Húngaro Peter Drucker, um dos pais da administração moderna, afirmaria no final dos anos de 1950, que a função da empresa não se restringe apenas a gerar lucro para o empresário. Para o autor uma empresa responde a demanda social, assenta-se na sociedade e tem um objetivo claro e específico “criar um freguês” (DRUCKER, 1962).

Até aqui, ao que parece pelas releituras que fizemos, a *Business History* e a *Entrepreneurial History* têm tido inflexões entre compreender a empresa e os empresários em sua realidade própria ou compreendê-los no contexto mais amplo, mas também, no segundo caso, privilegiando os aspectos criativos e da inovação do empresário e de suas gestões. Nesse sentido é preciso e possível ultrapassar a análise utilitarista centrada apenas em como os empresários fazem dinheiro e desenvolvem empresas, para uma perspectiva talvez mais interessante para a história sobre a atuação pública e política dos empresários.

Sabe-se, afinal, que principalmente as empresas de grande monta lucrativa não se estabelecem apenas graças a sua genialidade administrativa, mas se tornaram especialistas na

interlocução e planejamento dos organismos de classe responsáveis diretos na defesa de seus interesses frente à sociedade e à administração pública.²

Essa vontade acentuada, principalmente dos autores norte-americanos, de desvincular a história das empresas e dos empresários da própria economia política, muitas vezes parece responder a uma crassa tentativa de limpeza ética e moral dos indivíduos empreendedores e suas instituições. Assim o empresário aparece como indutor do desenvolvimento econômico-social, suas empresas sempre como benfeitoras e ilibadas. Não atoa algumas obras e publicações deste campo são encomendadas pelas empresas por ocasião das comemorações de aniversário de 50º, 100º, 150º ou 200º anos de fundação.

Enquanto nos anos 1960, inclusive- por exemplo, no que concerne à história bancária, em Portugal- se solicitava, frequentemente a um funcionário da organização que elaborasse a respectiva história (...) mais próximo da atualidade tem-se ocorrido mais frequentemente a escritores, jornalistas, artistas, publicitários ou profissionais da área de marketing, susceptíveis de dar da empresa uma imagem essencialmente favorável, sem grandes preocupações com o rigor e a metodologia histórica (MENDES, 1994, p. 144).

Esta concepção da história de empresas e empresarial, ora centrada na exaltação da figura do empresário, ora utilizada como ferramenta auxiliar no desenvolvimento da administração, interessa pouco em análises que almejam verificar a atuação empresarial nos espaços públicos e sociais.

Como mencionado em nosso momento introdutório, por exemplo, interessa pensar uma gama de empresários como agentes históricos, que ultrapassam as barreiras da empresa e agem fisiologicamente no espaço social e público. Portanto, é necessário compreender os interstícios da atividade empresarial, ou seja, suas conexões com os organismos de classe, como se filiam aos partidos eleitorais e que quadros produzem para a vida intelectual e política.

Uma história empresarial possível: caminhos e possibilidades de um campo de estudos emergente.

São objeto de interesse da História Econômica as várias técnicas de desenvolvimento, os setores produtivos, a mão-de-obra, além dos espaços de produção internacional, nacional, regional

² Por exemplo, no texto *A assim chamada acumulação primitiva*, Marx demonstrou claramente o vínculo entre a ascensão do capitalismo e as estratégias de atuação pública e política adotada pelos burgueses na Europa.

e local assim como as empresas. Por esse motivo, o estudo das empresas e dos empresários deságua em questões mais amplas como “a constituição da classe empresarial, de suas forças materiais, de seu papel político-social, assim como de sua ideologia” (FILHO, 1989. p. 171). Portanto, a especialidade da história das empresas e dos empresários deve servir apenas como recurso didático pedagógico como argumenta Bouvier:

[...] na medida em que procura desvendar os mecanismos de funcionamento interno de certas unidades de produção (suas técnicas, administração, mão-de obra, por exemplo) e de sua relação com o meio ambiente, econômico e institucional no qual ela se insere, além da sua própria evolução, a História de Empresas revela o concreto, o palpável, num nível microscópico, desvendando os homens em atividade e os processos produtivos (BOUVIER, 1976 *apud in* FILHO, 1989, p. 171).

Parece que o grande desafio é justamente conectar as empresas e empresários no amplo universo da política e da sociedade. Nesse aspecto, a segunda geração do movimento dos *Annales* fez um pequeno esboço quando articulou a dimensão da vida econômica aos outros aspectos do cotidiano humano como a cultura e a política. Fernand Braudel ao lembrar a taxativa de Lucien Febvre de que “a história é o homem” afirmava ser necessário “ao tentar reconstruir o homem”, aglutinar as realidades que se aparentam e se unem e vivem no mesmo ritmo para não deformar o quebra-cabeça (BRAUDEL, 1992).

Ernest Labrousse ao dedicar-se na compreensão das flutuações econômicas e seus impactos na vida social declarava que “(...) um movimento econômico não tem apenas consequências econômicas. Se encontra ligado a todas as outras atividades humanas e, em certa medida, as determina. O problema consiste, para nós, em buscar esta medida” (LABROUSSE, 1962, p. 365). Exterior ao movimento dos *Annales*, John Kenneth Galbraith ao refletir sobre a história do pensamento econômico também sublinhou a necessidade de ver as ideias econômicas como reflexo do mundo no qual despontam. Nas palavras do próprio autor:

Pretendo ver a economia como um reflexo do mundo no qual as ideias econômicas específicas se desenvolveram- as ideias de Adam Smith no contexto do trauma inicial da Revolução Industrial, as de David Ricardo em seus estágios posteriores mais maduros, as de Karl Marx na era do poderio capitalista desenfreado, as de John Maynard Keynes como uma reação ao implacável ao cataclismo da Grande Depressão (GALBRAITH, 1989, p. 2).

Entretanto a possibilidade de interconexão entre a história de empresas e empresários com as dimensões da vida política e social a nosso ver possui uma oportunidade mais fértil delineadas nos Cadernos do Cárcere de Gramsci, datados ainda da década de 1930. Ao problematizar o caráter do Estado como “comitê das classes dominantes” o marxista sardo forneceu uma teoria bastante complexa no que se refere à atuação dos sujeitos na sociedade.

Para Gramsci o estado capitalista se desenvolve na interação constante entre a sociedade civil e a sociedade política. Esses dois conceitos, longe de se antagonizarem ou se separarem, estão imbricados formando aquilo que o marxista nomeou como Estado Integral ou Estado Ampliado (MENDONÇA, 2014). Segundo afirma Bianchi (2008), o conceito de sociedade política é apresentado de forma clara nos escritos gramscianos e se refere ao Estado no sentido restrito, ou seja, “o aparelho governamental encarregado da administração direta e do exercício legal da coerção sobre aqueles que não consentem nem ativa nem pacificamente”.

Já o que se pensa como sociedade civil na obra de Gramsci tem suscitado intensos debates. Segundo Mendonça está noção é menos clara e mais complexa nos Cadernos do Cárcere:

[...] implica no conjunto dos organismos chamados privados, ou “aparelhos privados de hegemonia” no sentido de adesão voluntária de seus membros. Dentre esses aparelhos Gramsci destaca igreja, associações privadas, sindicatos, escolas, partidos a imprensa. É em torno a eles que se organizam as vontades coletivas, seja de grupos dominantes, seja de grupos dominados. (MENDONÇA, 2014, p. 35)

No interior dos aparelhos privados funciona o espaço onde indivíduos associados pensam suas pautas, organizam suas vontades coletivas, reivindicações e proposições. É no espaço da sociedade civil e dos aparelhos privados onde as ideias se dilaceram e se esgarçam, é lá a arena da luta de classe.

Nesse confronto dialético a figura do intelectual toma extensa importância. Há de se destacar que os intelectuais a que se refere Gramsci são aqueles formuladores dos pleitos e dotados da prerrogativa de mediar os interesses entre o grupo que representam e o estado. Seguindo o argumento de Duriguetto (2014), em Gramsci os intelectuais exercem suas funções no âmbito da vida social, se responsabilizam pela formação da consciência crítica e da organização das lutas e ações políticas.

Em vias dessas considerações podemos pensar nos empresários como indivíduos intelectuais capazes de representar os interesses de sua empresa, ao mesmo tempo em que agem para produzir e organizar a vontade coletiva. Isto quer dizer que não operam apenas para gerar lucro, mas também interferem na política e na sociedade de forma a ter suas demandas inscritas e acatadas na sociedade civil e no estado restrito.

Segundo Mendonça (2014), Gramsci percebe que a principal tarefa dos aparelhos privados de hegemonia no estado capitalista ocidental, é criar na maior parte da população uma adesão, ou consenso, em torno de projetos de grupos dominantes. Contudo, isso não significa dizer a ausência de conflito, pois os embates são constantes entre os próprios aparelhos privados de hegemonia, que se contrapõem almejando um consenso.

Nico Poulantzas (1980) questionando-se sobre como o estado age em favor de determinado grupo ou associação propõe através da teoria relacional, que as contradições estão inseridas na própria estrutura do estado e elas mesmas fazem parte de sua constituição. As divisões e contradições de classe se expressam no estado por meio de seus vários aparelhos. As frações de classe dominantes são representadas e participam das decisões políticas quando estão diretamente interligadas aos aparelhos do estado. Esses aparelhos como o executivo, o parlamento, o exército e magistratura, os ministérios, os aparelhos regionais e municipais e o aparelho central, os aparelhos ideológicos, retratam as disputas pelo espaço institucional, por isso em várias ocasiões denotam comportamentos conflituosos entre si.

Posto isso, compreender o estado como espaço de condensação material de uma relação de forças significa dizer que sua disposição é um “campo e um processo estratégico” que imbrica o cruzamento de núcleos e redes de poder que ao se interligar apresentam contradições. No centro das estratégias em conflito e mutações no ceio do estado, se desenvolve o que se convencionou como política de estado (POULANTZAS, 1980).

Apresentamos esta reflexão sobre a relação do estado com os grupos sociais mais diversos como proposta de alargamos o campo da história de empresas-empresarial. É claro que saber a história de uma empresa e de seus dirigentes importa para uma avaliação sobre o desempenho econômico, seja no âmbito restrito do empreendimento, ou mesmo no contexto do

desenvolvimento geral. Porém, a mesma história também é utilizada constantemente como instrumento de marketing das instituições empresariais.

A história de empresas pode fazer estudos sobre a *Standard Oil* e de sua herdeira direta a *Exxon*. Pode também exaltar a figura de David Rockefeller e seus feitos econômicos e administrativos que fizeram do conglomerado da família um dos mais importantes do capitalismo contemporâneo. Da mesma forma poderia ser feita a história do nosso personagem citado acima: José Batista Leopoldo Figueiredo, sua administração no Banco Sul-Americano do Brasil, ou sua curta passagem pelo Banco do Brasil e o “sucesso” das resoluções n^os 204, 205 e 208 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc).

Mas quando se pensa na relação das empresas e dos empresários há de importar também como estes fazem política, agem socialmente e se comportam perante o estado. Ou não é verdade que, pelo menos o estado brasileiro, tem nos últimos tempos atendido sistematicamente as pautas mais variadas do sistema empresarial, que vão desde incentivos e benefícios fiscais até a nomeação de empresários para postos estratégicos de interesse nacional? (RODRIGUES; RODRIGUES, 2017), (MELIM; WACLAWOVSKY, 2018).

Não preocupar-se com as dimensões para fora do umbigo da unidade produtiva e extra investimentos, pode levar-nos a cair no erro de momentos anteriores da história, onde reproduzíamos as narrativas dos grandes homens e dos grandes feitos tão intensamente contestados pelos historiadores da Nova História cujos cânones são reativados sempre como se lembrassem do bom fazer historiográfico.

Mais do que isso pode fazer de um campo proeminentemente importante um mero coadjuvante das pesquisas econômicas. Ciro Flamarion Cardoso (2002) já precavia neste sentido quando orientava que a história empresarial é um campo de estudos muito interessante para a sociologia e para a ciência política, desde que se pensem os empresários dentro da sociedade “analisando-se, por exemplo, suas atitudes ante tais ou quais problemas” (CARDOSO, 2002, p. 346).

Um dos trabalhos recentes mais profícuos no sentido que entendemos a história de empresas e dos empresários é do historiador Maurício Gonçalves Margalho (2008) sobre as

Indústrias Klabin do Paraná de Celulose. Dirige-se a compreender a empresa através de suas relações sociais que segundo autor é “marcada pelas tensões políticas entre classes”.

Assim sendo Margalho (2008) transpõe os limites da empresa como campo de ação da família Klabin-Lafer observando também aspectos de sua atuação junto ao Estado ao governo e a outros grupos empresariais/patronais. Portanto a análise perpassa as relações econômicas e desagua na atuação política do grupo. Conforme menciona o próprio autor:

Analisaremos os meios pelos quais o grupo buscou se organizar politicamente para representar seus interesses de classe enquanto burgueses industriais. Em quais arenas foram travadas as lutas políticas com outras frações de burguesas, como agiam as classes durante a contenta e sob quais condições os empresários supracitados asseguraram um posição hegemônica que resultou na sua escolha como principal executor na construção do que veio a se tornar as IKPC, assim como da ampliação do seu poder político (MAGALHO, 2008, p. 12-13).

O resultado da análise do autor foi capaz de perceber que a conjuntura de crise da burguesia agromercantil cafeeira após os anos de 1930 fortaleceu um conjunto da burguesia industrial que não tardou a desenvolver seu poder político através da pressão de lideranças orgânicas, dos órgãos de classe e do protagonismo nos aparelhos de Estado. Foi essencialmente a partir deste contexto que o grupo Klabin expandiu seus negócios.

Por isso as ações políticas de Horácio Lafer e Wolff Klabin durante o período entre 1930-1945 visavam ampliar a participação do grupo no complexo institucional sociedade civil/ sociedade política. Assim sendo o mandato de deputado federal por São Paulo de Horácio Lafer relaciona-se diretamente com a tentativa do grupo de apoderar-se cada vez mais das vantagens do poder estatal.

Na conjuntura do golpe do Estado Novo os dois empresários mesmo afastando-se das atividades das estruturas políticas liberais continuaram a participar ativamente das decisões no bloco que tinha tomado o poder. Durante o governo Dutra, Horácio Lafer voltou para sua atividade parlamentar “visando novamente organizar as vontades coletivas das frações de classe ligadas ao grupo Klabin.” (MAGALHO, 2008, p. 207) O auge da condição hegemônica do grupo empresarial veio justamente quando Horácio Lafer foi nomeado para o ministério da Fazenda no segundo governo de Vargas.

Portanto, os anos 1950 representam o período em que a burguesia industrial se tornou, assim classe hegemônica no aparelho do Estado. A *Klabim Irmãos e Cia*, tendo Wolff e Horácio desempenhando o papel de intelectuais orgânicos no

processo de dar dimensão política a vontade coletiva das frações burguesas associadas ao grupo, conseguiu vencer seus rivais no processo de construção-manutenção da hegemonia (MAGALHO, 2008, p. 207).

O trabalho de Margalho (2008) serve como uma das possibilidades de abordar a história de empresas, privilegiando não apenas as ações do empresário enquanto inovador ou administrador, ao mesmo tempo não meramente centrando-se nos aspectos econômicos do grupo Klabin. O autor versa sobre o grupo empresarial como agentes na vida social e política, ávidos pela conquista hegemônica de parcela da sociedade civil- sociedade política.

Outro meio possível é abordar um conjunto de empresas que formam uma organização patronal. Passa a importar não apenas a ação de um grupo econômico ou outro, mas a ação de várias empresas empenhadas a agir diretamente na vida política e social. É o caso do IPES que segundo René Dreifuss (1987) funcionou de 1961 até 1973 como verdadeiro comitê das classes dominantes. A instituição condensava uma gama de financiadores ligados a instituições empresariais e também a outros organismos civis.

No caso do instituto interessa saber como uma gama de empresários unidos agia socialmente. Efetivamente torna-se uma história de empresas e não dá empresa. Poderíamos nomear também como a história dos grupos patronais, mas sem perder de vista a composição deste mesmo grupo. Os grupos patronais atuam como verdadeiros partidos no sentido gramsciano, é lá muitas vezes onde planjam e condensam sua ação enquanto classe.

Mais uma vez remontando o trabalho de Dreifuss (1987) no caso de 1964 essa burguesia associada desenvolveu uma ação planejada e calculada que a levou ao poder através do golpe civil-militar, já que em outras ocasiões as reformas legais não haviam suprido toda demanda da classe burguesa. Portanto, o golpe foi construído através de uma ação ideológica que buscou assentar apoio nas Forças Armadas e na sociedade civil. A suspeita do autor de tomada do Estado por parte da burguesia associada se esclarece quando, depois de apresentar todo cabedal organizativo dos institutos, Dreifuss (1987) apresenta os vários intelectuais orgânicos ligados ao IPES/IBAD que ocuparam pastas diretas no governo civil-militar.

Na avaliação de Demian Bezerra de Melo (2012), o trabalho de Dreiffus não somente apontou para a participação civil no golpe militar, mais do que isso, foi capaz de descrever o caráter de classe desse apoio. Por esse ângulo, é possível evitar generalizações, e estabelecer o nexos sócio

histórico do apoio civil, impedindo que se use o elemento “civil” como característica de um apoio da sociedade brasileira por completo, ao governo antidemocrático.

Seja por meio de pesquisas que observem uma empresa atuando para defender seus interesses, no grupo patronal. Ou por estudos que observem os grupos patronais em ação para a conquista de poder no estado restrito, a história de empresas-empresarial deve destinar-se cada vez mais a desmistificar a atuação de empresários e suas instituições no meio social, político e econômico.

Conclusão

No século XX com a consolidação do campo da História Econômica surgiram diversas especializações uma delas a história de empresas. A disciplina surge principalmente no meio intelectual Norte-Americano tendo como berço a *Universidade de Harvard*. Em um primeiro momento os estudos centravam-se no caráter institucionalista e biográfico das empresas e dos empresários.

Todavia alguns autores argumentam que o campo de estudos chegou a sua maturidade somente nas últimas décadas do século XX com os trabalhos de Alfred Chandler. O trabalho do autor rompia com a ideia de Shumpeter de que o empresário era o grande protagonista do desenvolvimento econômico e consecutivamente da empresa, e passou a atribuir mais valor aos métodos e estratégias com que se coordenavam as firmas.

Foi a partir de então que a história de empresas estreitou cada vez mais seus laços com os métodos da pesquisa econômica e administrativa, deixando de certa forma na subalternização as contribuições do método historiográfico. Este fato gerou uma história empresarial ora centrada no empresário como figura de inovação, ora centrada na estratégia administrativa da empresa. Neste modelo a história de empresas passa a ser principalmente uma ferramenta de averiguação do desempenho econômico.

Entretanto parece ser crescente a necessidade de compreender os empresários como agentes históricos, ou seja, que ultrapassam as barreiras da empresa e agem fisiologicamente no espaço social e público. O movimento dos *Annales* contribuiu significativamente neste sentido ao interligar a História Econômica com outras dimensões da vida como a cultura e a política.

Apesar disso a nosso ver os caminhos mais bem delineados são os apresentados nos Cadernos do Cárcere de Gramsci escritos ainda em 1930. O marxista sardo forneceu uma teoria capaz de perceber a ação dos sujeitos conectada a duas esferas indissociáveis a sociedade civil e a sociedade política. Suas reflexões fornecem as bases para pensarmos os empresários como agentes da vida econômica, mas também responsáveis pelos rumos da sociedade e da política. Haja vista isso, percebemos a necessidade de uma história social das empresas e dos empresários que nuance principalmente seus interesses e os conflitos de classe que estabelecem.

Referências Bibliográficas:

- ABREU, Alzira Alves de [et al]. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: editora FGV; CPDOC, 2001.
- BIANCHI, Álvaro. **O Laboratório de Gramsci**. Filosofia, História e Política. São Paulo: Alameda, 2008.
- BRAUDEL, Fernand. "Para uma economia histórica" [1950]. **Escritos sobre a História**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; BRIGNOLI, Héctor Perez. **Os Métodos da História**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002 [1976].
- CHANDLER, A. **Ensaio para uma teoria histórica da grande empresa**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- CIPOLLA, Carlo M. "Prefácio"; "Uma disciplina chamada história econômica". *In: Introdução ao Estudo da História Econômica*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- DORIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014.
- DREIFUSS, René Armand. **A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- DRUCKER, Peter. **Prática de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- FILHO, Almir Pita Freitas. História Econômica e História de Empresas: Algumas Reflexões Metodológicas. **Ensaio FEE**, v. 10, n.1. Porto Alegre, 1968.
- GALBRAITH, John Kenneth. **O pensamento econômico em perspectiva: uma história crítica**. São Paulo: Pioneira, 1989.
- GANEM, Ângela. **Reflexões sobre a História do Pensamento Econômico Brasileiro**. *Análises Econômicas*, v. 59, n.26, 2011.

GONÇALVES, Caroline; SAES, Alexandre Macchione. **Surgimento e desenvolvimento da Business History: da História de Empresas à História de Negócios**. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Rio de Janeiro, ago de 2017.

IPES vai planejar a democracia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 01 fev. 1962. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil.

LABROUSSE, Ernest. "La crisis de la economía francesa al final del Antiguo Regime y al principio de la Revolución". *In: Flutuaciones Economicas y Historia Social*. Madri: Tecnos, 1962.

LANDES, David S. "Conclusão". *In: Prometeu Desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, de 1750 até os dias de hoje*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005 [1969].

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. História empresarial. *In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo (org.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MARGALHO, Maurício Gonçalves. **Klabin: os empresários, a empresa e as estratégias de construção da hegemonia (1930-1951)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2008.

MELIM, Tatiana; WACLAWOVSKY, Luciana. **Governo nomeará empresários da Shell e Maersk no conselho da Petrobras**. 25 abr 2018. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/governo-nomeara-empresarios-da-shell-e-maersk-no-conselho-da-petrobras-a282>> Acesso em: 25 jul. 2018.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura "civil-militar"?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço Plural**, Ano XIII, n. 27. 2º Semestre 2012.

MENDES, José M. Amado. A história econômica e social nos últimos vinte anos: principais tendências e metodologias. **Revista portuguesa de história**, v. 29. Coimbra, 1994.

MENDONÇA, Sonia Regina de. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. *In: Marx e Marxismo*. Vol. 2, n. 2, jan/jul de 2014.

POULANTZAS, Nicos. "O Estado e as classes dominantes". *In: O Estado, o Poder e o Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980 [1979].

RODRIGUES, Lorenna; RODRIGUES, Eduardo. Governo abre mão de R\$ 283 bi em incentivos fiscais no Orçamento de 2018. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 15 set. 2017. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-abre-mao-de-r-283-bi-em-incentivos-fiscais-no-orcamento-de-2018,70001998065>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

WEBER, Max. **História Geral da Economia**. São Paulo: Mestre Jou, 1968 [1923].